

Sumário

Abreviaturas.....	xi
Prefácio	xiii
<i>Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho</i>	
Prefácio	xix
<i>Prof. Dr. Pedro Aragoneses Alonso</i>	
Nota do Autor	xxiii
Nota do Autor à 3ª Edição.....	xxix
Nota do Autor à 4ª Edição (ou por que mudei o subtítulo do livro...).....	xxxI
Nota do autor à 5ª edição	xxxv
Capítulo I – O Fundamento da Existência do Processo Penal: Instrumentalidade Constitucional.....	1
I. Princípio da Necessidade do Processo em Relação à Pena	2
II. Instrumentalidade do Processo Penal	6
III. O Utilitarismo Processual (ou a Eficiência Antiguarantista)	10
a) Movimentos Repressivistas: Lei e Ordem/Tolerância Zero	11
b) Necrofilia e Autofagia do Sistema Penal	17
c) Neoliberalismo e Processo Penal	20
d) Direito e Dromologia: Quando o Processo Penal se Põe a Correr, Atropelando as Garantias	24
e) Efetividade versus Eficiência	34
IV. Desconstruindo o Utilitarismo Processual Através dos Paradigmas Constitucional e Garantista.....	35
a) Instrumentalidade Constitucional e o Estado Democrático de Direito.....	35
b) Constitucionalização do Processo Penal.....	38
c) Direito Penal Mínimo e Garantismo Processual.....	42
V. Inserindo o Processo Penal na Epistemologia da Incerteza e do Risco: Lutando por um Sistema de Garantias Mínimas	46
a) Risco Exógeno	47

b) Epistemologia da Incerteza	52
c) Risco Endógeno: Processo como Guerra ou Jogo?	55
d) Assumindo os Riscos e Lutando por um Sistema de Garantias Mí- nimas	62
Capítulo II – Em Busca de um Sistema de Garantias Mínimas: os Princípios Fundantes da Instrumentalidade Constitucional.....	65
I. Jurisdicionalidade: <i>Nulla Poena, Nulla Culpa Sine Iudicio</i>	66
a) A Função do Juiz no Processo Penal	67
b) A Toga e a Figura Humana do Julgador no Ritual Judiciário: da Dependência à Patologia	72
c) A Garantia da Imparcialidade Objetiva e Subjetiva do Julgador: (Re)Pensando os Poderes Investigatórios/ Instrutórios	81
d) O Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável: o Tempo como Pena e a (De)Mora Jurisdicional	87
e) Inderrogabilidade da Jurisdição: Crítica à Justiça Negociada.....	133
f) Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Deci- sões à Negação da Jurisdição	142
II. Gestão da Prova e Separação das Atividades de Acusar e Julgar: Siste- mas Acusatório e Inquisitório	151
a) Sistema Acusatório.....	152
b) Sistema Inquisitório	156
c) Insuficiência do Conceito de “Sistema Misto”: a Gestão da Prova e os Poderes Instrutórios do Juiz	163
III. Presunção de Inocência.....	173
a) Carga da Prova e In Dubio Pro Reo	178
b) Publicidade Abusiva e Estigmatização do Sujeito Passivo	180
c) Introdução Crítica à Teoria Geral das Prisões Cautelares.....	186
IV. Contraditório e Direito de Defesa: <i>Nulla Probatio Sine Defensione</i>	218
a) Direito ao Contraditório.....	218
b) Direito de Defesa: Técnica e Pessoal	222
c) Quando o Problema Está nos Extremos: a (In)Eficácia do Contra- ditório e do Direito de Defesa no Inquérito Policial e na Execução Penal	237
V. Motivação das Decisões Judiciais.....	250
a) Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder...	251
b) Valoração e Distinção entre Atos de Investigação e Atos de Prova: a Garantia de Ser Julgado com Base na Prova Judicializada	254
c) Verdade Real: Desconstruindo um Mito Forjado na Inquisição. Rumo à Verdade Processual.....	259

d) Desvelando o “Mito da Verdade” no Processo Penal. Rumor à Assunção da Sentença como Ato de Convencimento (de Crença), Mas Sem Cair no Relativismo Cético e Incidir no Erro do Substancialismo	263
e) Livre(?) Convencimento Motivado.....	273
f) Invalidez Substancial da Norma: Quando o Juiz se Põe a Pensar e Sentir	277
Referências Bibliográficas	287